

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.351 - SP (2019/0196845-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : PATERCON - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO : LUCIANO FRANCISCO TAVARES MOITA - SP147346
AGRAVADO : TERRACOM CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : ANDRE FIGUEIRAS NOSCHESI GUERATO - SP147963

DECISÃO

Cuida-se de agravo (artigo 1.042 do CPC) interposto por **PATERCON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, contra decisão de inadmissão do recurso especial, esse de sua vez manejado, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 206, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POSSESSÓRIA. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO QUE FIXOU ASTREINTES. Decisão de primeiro grau que, reconhecendo a exorbitância do valor atual das astreintes, impôs a adequação da multa fixada.

Admissibilidade. Multa cominatória que tem natureza coercitiva, não podendo se converter em meio de enriquecimento sem causa. Ausência de direito adquirido do credor à multa. Possibilidade de redução em obediência aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes. Decisão mantida.

Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 218/227, e-STJ).

Nas razões recursais (fls. 230/242, e-STJ), a parte insurgente apontou negativa de prestação jurisdicional, violação aos artigos 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, sob o argumento de que o acórdão da Corte estadual teria sido omissivo no ponto em que não enfrentou a alegação da necessidade de atualização do crédito, tampouco enfrentou a alegação da ocorrência de coisa julgada. Sustentou que houve afronta aos artigos 219 do Código de Processo Civil de 1973, 502 e 505 do Código de Processo Civil de 2015 e 389, 395 e 404 do Código Civil. Destacou que a obrigação foi reduzida em mais de 90%. Argumentou que a multa já havia sido reduzida anteriormente e que, caso permaneça esta nova redução ocorrerá um *bis in idem*, o que reduzirá a pó o direito da agravante, que luta por mais de uma década contra a recalcitrância da agravada no cumprimento das decisões judiciais.

Contrarrazões às fls. 248/259, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 262/263, e-STJ), o Tribunal de piso negou seguimento ao recurso especial pela ausência de negativa de prestação jurisdicional, bem como pela incidência da Súmula 7/STJ.

Apresentada contraminuta (fls. 285/294, e-STJ), os autos emergiram a esta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. No que tange à alegada omissão do aresto impugnado e negativa de prestação jurisdicional, porquanto o acórdão proferido Corte Estadual teria sido omisso no ponto em que não enfrentou a alegação da necessidade de atualização do crédito, tampouco enfrentou a alegação da ocorrência de coisa, sem razão o recorrente, pois o Tribunal *a quo*, de modo satisfativo e sólido, apreciou dos pontos necessários para o julgamento do caso.

Confira-se (fls. 208/209, e-STJ):

Em que pesem os argumentos da exequente- agravante Patercon, razão não lhe assiste. Senão vejamos.

A multa cominatória tem natureza coercitiva, não podendo se converter em meio de enriquecimento da parte, sob pena de desvirtuamento do instituto. Diante disso, é facultado ao juiz, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa ou mesmo excluí-la, conforme estabelece o art. 537 do Código de Processo Civil:

Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento. (...) (g.n.).

Anote-se que é possível a modificação da multa mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, tendo em vista tratar-se apenas de uma forma executiva de cumprimento da obrigação reconhecida no título judicial, não fazendo parte, portanto, do objeto que se torna imutável e indiscutível em razão da coisa julgada material. Nesse sentido: STJ, 3ª Turma, REsp 681.294/PR, Rel. Min.

Carlos Alberto Menezes Direito, Rel. p/ acórdão Min. Nancy Andrichi, j. em 18/12/2008; e 2ª Seção, REsp 1.333.988/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, j. em 09/04/2014.

Pelo que se depreende da leitura do acórdão da Corte estadual, aquela reduziu os valores das astreintes a fim de evitar o enriquecimento sem causa do recorrente. Destacou, também, a possibilidade de modificação da multa mesmo após o trânsito em julgado do processo.

Conforme a iterativa jurisprudência deste Tribunal superior, deve ser afastada a alegação de ofensa aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15 *"na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional"* (RCD no AREsp 1297701/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. NULIDADE. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, visto a decisão estar clara e suficientemente fundamentada, resolvendo integralmente a controvérsia.

3. Rever o entendimento firmado pela Corte local, acerca da nulidade do negócio jurídico e dos danos decorrentes de inscrição indevida em órgãos de restrição ao crédito, exigiria o reexame de matéria fática e a interpretação de cláusula contratual, procedimentos vedados pelas Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1198306/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018; grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVAS. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições deve ser afastada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil

2. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de cláusulas contratuais e de matéria fática da lide, o que encontra óbice nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1199954/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018; grifou-se)

Deste modo, constata-se a inexistência de negativa de prestação jurisdicional.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o art. 537 do Código de Processo Civil de 2015 permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - ASTREINTES FIXADAS POR DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU

PROVIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DAS AUTORAS.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes.

2. O Tribunal a quo, ao reduzir o valor da multa diária de R\$ 500.000,00 para R\$ 100.000,00, o fez com amparo nos elementos de convicção dos autos, notadamente na assertiva segundo a qual apenas com a dilação probatória seria possível evidenciar se a divulgação da matéria referente a programa televisionado pela emissora extrapolaria o conteúdo jornalístico, o que não poderia se dar naquele momento por faltarem elementos suficientes para corroborar a pretensão de majoração da penalidade.

3. A majoração do valor atribuído às astreintes implica, como regra, o revolvimento de fatos e circunstâncias da causa, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 807.616/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 10/05/2018)

No caso, o Tribunal de origem, com base na análise dos elementos fáticos e probatórios dos autos, concluiu que a manutenção na multa no valor de R\$ R\$ 4.328.289,07 (quatro milhões trezentos e vinte e oito mil duzentos e oitenta e nove reais e sete centavos) daria ensejo ao enriquecimento sem causa do recorrente, reduzindo a R\$ 900.000,00 (quarenta mil reais).

Deste modo, a revisão do valor arbitrado, a título de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer, nesta instância especial, somente é permitido nos casos em que o valor seja irrisório ou excessivo, o que não ocorre no caso dos autos. Portanto, quanto ao pedido de majoração do valor aplicado, em relação à multa, revela-se inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - ASTREINTES FIXADAS POR DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DAS AUTORAS.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes.

2. O Tribunal a quo, ao reduzir o valor da multa diária de R\$ 500.000,00 para R\$ 100.000,00, o fez com amparo nos elementos de convicção dos autos, notadamente na assertiva segundo a qual apenas com a dilação probatória

seria possível evidenciar se a divulgação da matéria referente a programa televisionado pela emissora extrapolaria o conteúdo jornalístico, o que não poderia se dar naquele momento por faltarem elementos suficientes para corroborar a pretensão de majoração da penalidade.

3. A majoração do valor atribuído às astreintes implica, como regra, o revolvimento de fatos e circunstâncias da causa, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 807.616/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 10/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. VALOR. ALTERAÇÃO. POSSIBILIDADE. REDIMENSIONAMENTO EFETUADO PELA CORTE DE ORIGEM. ALTERAÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. "A decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada" (REsp 1.333.988/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9.4.2014, DJe de 11.4.2014).

2. A alteração das astreintes, após o redimensionamento efetuado pela Corte a quo, com base nas peculiaridades do caso, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1344083/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. MULTA DIÁRIA. VALOR. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973. MULTA. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCABIMENTO.

1. Rever os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de alterar o valor das astreintes, encontra o óbice de que trata a Súmula nº 7/STJ. 2. Não escapa a parte recorrente da imposição da multa de que trata o parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil de 1973 ante a oposição de declaratórios de caráter manifestamente protetatório.

3. Na hipótese, não há falar em litigância de má-fé, pois o agravante interpôs recurso legalmente previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 615.007/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017)

Inafastável, no ponto, a incidência do teor da Súmula 07 do STJ.

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ,

Superior Tribunal de Justiça

nega-se provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator